

Crianças e adolescentes em situação de rua – tempos, contratempos e confluências nos processos de (des)encantamento das infâncias

Children and adolescents in street situations – times, setbacks and confluences in the processes of (dis)enchantment of childhoods

Sônia Maria Dantas Berger^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2311-5025>

E-mail: soniadantas@id.uff.br

Paula Kwamme Latgé^b

 <https://orcid.org/0000-0002-1077-4873>

E-mail: paulalatge@gmail.com

Filipi Dias de Souza Malta^c

 <https://orcid.org/0009-0009-0697-2592>

E-mail: filipidmalta@gmail.com

^aUniversidade Federal Fluminense. Instituto de Saúde Coletiva. Departamento de Planejamento em Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Niterói, RJ, Brasil.

^bAssociação Experimental de Mídia Comunitária - BEMTV, Prefeitura Municipal de Niterói. Niterói, RJ, Brasil.

^cCentro de Reabilitação Ambulatorial e Domiciliar (CRAD), Prefeitura Municipal de Maricá. Maricá, RJ, Brasil.

Resumo

As questões sociais relacionadas às crianças e adolescentes em situação de rua e os processos vulnerabilizantes que incidem em suas vidas, violando direitos sociais, impossibilitando a construção de suas histórias e negando a possibilidade de futuro, como também do passado e da ancestralidade, são temáticas abordadas no presente ensaio. Buscou-se aprofundar reflexões teóricas dialogando com contribuições da Sociologia da Infância, considerando a intersecção entre o racismo, o adultocentrismo e capitalismo. A problematização do marcador geracional na herança colonial aponta para um frágil processo de universalização dos direitos das crianças e demonstra a insuficiência das determinações legais, quando entram em cena as desigualdades sociais, o que colabora para a produção de infâncias desiguais. No que se refere aos meninos, meninas e meninos em situação de rua, na contramão de uma visão que os inviabiliza socialmente e criminaliza seus modos de vida, são destacados aspectos ético-políticos da incidência dos seus corpos-devires-crianças nos territórios que afirmam a potência da conexão entre o brincar e as culturas subalternizadas em seus modos gigantes e resistentes de ser. Diante dos inéditos viáveis que urgem serem sonhados e forjados coletivamente, aposta-se na ressignificação das infâncias vulnerabilizadas, de modo a ser assegurado espaço-tempo para suas existências enquanto Sujeitos. **Palavras-chave:** Infâncias; Situação de Rua; Racismo; Colonialidade; Brincações.

Correspondência

Sônia Maria Dantas Berger

E-mail: soniadantas@id.uff.br

Endereço: Rua Domingues de Sá, 350/602- Icaraí – Niterói/RJ –

CEP :24.220-091

Abstract

The social issues related to children and adolescents living on the streets and the processes that make them vulnerable, violating social rights, making it impossible for them to build their stories and denying the possibility of a future, as well as of the past and ancestry, are themes addressed in this essay. The aim was to deepen theoretical reflections by dialoguing with contributions from the Sociology of Childhood, considering the intersection between racism, adult-centrism and capitalism. The problematization of the generational marker in the colonial legacy points to a fragile process of universalization of children's rights and demonstrates the insufficiency of legal determinations, when social inequalities come into play, which contributes to the production of unequal childhoods. Regarding boys, girls and non-binary children living in street situations, in contrast to a vision that makes them socially unviable and criminalizes their ways of life, ethical-political aspects of the incidence of their bodies-becoming-children in the territories are highlighted, which affirm the power of the connection between play and subalternized cultures in their gigantic and resistant ways of being. Faced with the unprecedented viability that urgently needs to be dreamed of and forged collectively, we bet on the resignification of vulnerable childhoods, in order to ensure space and time for their existence as Subjects.

Keywords: Childhoods; Homelessness; Racism; Coloniality; Jokes.

Introdução

Os escombros das cidades escondem vestígios de tempos passados. Entre pedras, paredes e ruínas, pessoas vivendo em situação de rua atualizam o histórico processo da dialética exclusão/inclusão social em contextos sócio-históricos de desigualdade social (Sawaia, 2014).

Entre ruas e ruínas, encontramos sobreviventes ou, como destacam Luís Antônio Simas e Luiz Rufino: “Sobras viventes’, seres descartáveis, que não se enquadram na lógica hipermercantilizada e normativa do sistema, onde o consumo e a escassez atuam como irmãos siameses; um depende do outro” (2020, p. 5).

Reconhecendo a importância, mas também o limite, de respostas baseadas apenas nas perspectivas político-econômicas, Simas e Rufino fazem um convite para a construção de atuações pelo “encantamento do mundo”, sendo o encantamento “ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: afirmação da vida” (2020, p. 6).

E não há desobediência maior do que a circulação de pessoas, que sem seus direitos garantidos, seguem ocupando ruas, praças, casarões em escombros, denunciando em seus corpos as inúmeras violências vivenciadas. Corpos ‘gigantes’ que resistem afirmando em vida as violações sofridas pelos seus antepassados. Afinal, é sabido, por quem atua com pessoas em situação de rua, que a história de cada indivíduo tem lastro², fundamentos de segregamentos geracionais e de culturas populares subalternizadas (Carvalho Nascimento, 2019), não sendo incomum o encontro com diferentes gerações da mesma família tendo a rua como lugar de existência. E, se tem algo que invariavelmente se expressa no perfil de tal população ao longo do tempo é ser, majoritariamente, composto por pessoas negras: resultados publicados em maio de 2020 no relatório da pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto Conhecer para Cuidar, uma parceria entre

1 Termo teórico-prático cunhado por Simas e Rufino articulando o movimento da ginga - que na capoeira se refere aos movimentos executados para produzir distração nos adversários - com os movimentos realizados por crianças em situação de rua para distrair as forças opressoras.

2 Curiosamente, segundo o dicionário Michaelis, lastro significa “Qualquer matéria relativamente pesada, como pedras, metal, água etc., levada no porão de um navio ou em tanques, para manter o seu calado ou melhorar o seu equilíbrio”. Cabe a pergunta: equilíbrio de quem?

a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIESPI/PUC-Rio) sintetizam alguns dados sobre as crianças e os adolescentes em suas trajetórias entre as ruas, a casa e as instituições de acolhimento: de 554 participantes contemplados na pesquisa, 86% eram pretos ou pardos³.

Nessa sequência se encontram crianças e adolescentes em situação de rua, fazendo (re) existir e resistindo às formas mais bárbaras de dominação/opressão. Subscrevendo o que ensinam Simas e Rufino, que a “existência é um princípio comunitário” (2020, p. 14) cabe inferir se para essas meninas, meninos e meninos⁴ a resistência não seria a única possibilidade de existir, sem sonegar a própria história?

Nesse sentido, este estudo procura desvelar articulações teóricas e conceituais envolvendo a população infanto-juvenil em situação de rua ao longo do tempo, buscando redimensionar o atravessamento da dimensão ético-política do sofrimento - considerando o afeto enquanto categoria política - diante dos processos vulnerabilizantes vivenciados no cotidiano de suas vidas (Santos, 2021).

Parte-se do entendimento que a radicalidade do fator tempo é potencializada para crianças e adolescentes por serem sujeitos em desenvolvimento⁵, e que “alargar o tempo é ir além das aparências e compreender os pluriversos dos seres e suas conexões” (Simas; Rufino, 2020, p. 18), sem, contudo, deixar de problematizar a compreensão hegemônica que se tem sobre o desenvolvimento infantil e os processos de socialização, em geral baseada em saberes e valores eurocentrados que dificultam o

reconhecimento da infância como um fenômeno social (Qvortrup, 2011) e das crianças como sujeitos ativos imersos na sociedade em que vivem. No caso brasileiro, infâncias híbridas, situadas na cruza entre infâncias indígenas, europeias e africanas (Profice; Santos, 2017).

Antecipadamente, ressalta-se que não se pretende realizar uma revisão de escopo sobre o tema e que o trabalho ora desenvolvido caminha na direção de um ensaio, conectando conceitos, alguns já (in)corporados em experiências relacionadas às infâncias, com construções teóricas e práxis com crianças e adolescentes em situação de rua, procurando escapar a uma racionalidade instrumental, que se torna frágil tendo em vista a complexidade que envolve o fenômeno social da produção de infâncias desiguais no contexto de uma ordem patriarcal de gênero (Saffioti, 2001), do racismo estrutural (Almeida, 2019), da dialética opressor-oprimido (Freire, 1983) e da colonialidade do ser, saber e poder (Quijano, 2010) que marcam seus modos de vida.

A opção pela forma ensaística fundamenta-se na necessidade de aprofundamento reflexivo, como também pelo fato de que crianças em situação de rua são um fenômeno a ser compreendido, e não um objeto a ser analisado, como indicado por Meneghetti (2011, p. 324) “o ensaio permite a tentativa de compreender o fenômeno para conhecer o objeto, assim como permite analisar o próprio fenômeno para modificar a compreensão do objeto”.

E ainda:

O ensaio é a transcendência do óbvio, de tudo o que tende a tornar-se senso comum, pensamento corrente. É tentativa de superação da relação entre

3 Ainda de acordo com a pesquisa: 73% eram do sexo masculino; 73% eram adolescentes; 8% tinham filhos; 62% frequentavam a escola; 45% trabalhavam; 71% já dormiram na rua; 96% tinham pelo menos 1 documento; 48% faziam atividades físicas; 62% mantinham contato diário ou semanal com a família; 54% tinham um relacionamento bom ou muito bom com os pais; 41% recebiam ou sua família recebia algum tipo de benefício social; 85% afirmaram já terem sido vítimas de violência; 64% haviam experimentado ou fizeram uso de drogas e 41% declararam ainda usar; 62% passaram por instituições de acolhimento; 61% afirmaram manter relações sexuais com pessoas do sexo oposto; 58% costumavam usar métodos contraceptivos; 9% sofreram algum aborto; e 32% se consideravam em situação de rua. Para saber mais, cf. <https://www.ciespi.org.br/bases-bibliograficas-1047>.

4 Termo utilizado para abranger a diversidade de gênero para além do binarismo “menino/homem - menina/mulher”; situa ainda o binarismo de gênero como forma de dominação e controle de corpos advinda do processo colonial. Sendo uma produção ideológica dominante, o binarismo encontra seu fundamento também na estrutura linguística portuguesa, sendo assim, o termo reitera a importância das modificações na língua para produzir outras possibilidades de existência.

5 O desenvolvimento aqui entendido como processo contínuo e permanente que acontece ao longo da vida, mas que encontra na infância e na juventude sua amplitude, tendo em vista as rápidas transformações física, emocional, social e intelectual.

tempo e espaço presentes na racionalização de uma realidade. É o pensar sobre algo que experimenta o objeto nas suas múltiplas possibilidades dentro de uma totalidade que não precisa apresentar-se de forma totalmente cognoscível (Meneghetti, 2011, p. 325).

O tempo de ser criança – e as infâncias desencantadas

Levando em consideração que “o encantado é aquele que obteve a experiência de atravessar o tempo e se transmutar em diferentes expressões da natureza” (Simas; Rufino, 2020, p. 7), toda criança pode ser considerada um “encantado” em transmutação no tempo. Entretanto, há quebrantos⁶ que atuam na produção de infâncias desencantadas, sendo o desencantamento uma forma de mortandade, de desvitalização, de apagamento da vida. E quais são as forças que atuam apagando certas infâncias? E de quais infâncias se tratam?

Os processos de apagamento das infâncias podem ser abordados, inicialmente, sob a perspectiva da Sociologia da Infância, tendo em vista que a Infância, só mais recentemente, teve seu reconhecimento como categoria sociológica. E só ganha amplitude a partir de uma estranha contradição apontada por Sarmiento ao afirmar que “nunca como hoje as crianças foram objecto de tantos cuidados e atenções e nunca como hoje a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e de sofrimento” (2008, p. 3).

O paradoxo destacado por Sarmiento, na oposição entre atenção/cuidado e exclusão/sofrimento, indica que, se por um lado existe uma infância protegida, por outro, existe uma dinâmica de descuido e exclusão. Para o autor, o aumento das reflexões sobre a infância está relacionado ao reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, mas que a despeito dessa admissão, “nunca como hoje a realidade das crianças foi tão atravessada por desiguais oportunidades de desenvolvimento, por condições de vida tão extremadas nos seus traços fundamentais e por formas de expressão

cultural tão veiculadas à indústria de produtos para a infância” (Sarmiento, 2009, p. 16).

Quais seriam, então, os efeitos sociais do reconhecimento jurídico de crianças e adolescentes como sujeitos de direito?

No livro *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, Axel Honneth, no capítulo “Reconhecimento e socialização: Mead e a transformação naturalista da ideia hegeliana”, destaca:

Se o sujeito, pelo fato de aprender a assumir as normas sociais de ação do “outro generalizado”, deve alcançar a identidade de um membro socialmente aceito de sua coletividade, então tem todo o sentido empregar para essa relação intersubjetiva o conceito de “reconhecimento”: na medida em que a criança em desenvolvimento reconhece seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atitudes normativas, ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação (Honneth, 2011, p. 136).

Esse diálogo sobre o reconhecimento permite uma articulação com o texto “Nove teses sobre a infância como fenômeno social”, de 1993, onde Jens Qvortrup apresenta ideias sobre a Infância, das quais interessam para o presente ensaio a tese 6 “A infância é, em princípio, exposta (econômica e institucionalmente) às mesmas forças sociais que os adultos, embora de modo particular” (p. 207) e a tese 8 “Não os pais, mas a ideologia da família constitui uma barreira contra os interesses e o bem-estar das crianças” (p. 209).

As teses supracitadas se associam as reflexões de Honnet (2011) ao indicarem uma interdependência entre a infância e as forças sociais que regem os adultos, tanto econômica e institucionalmente, como ideologicamente, sendo a ideologia da família um impasse para o “melhor interesse da criança”.

O principal problema que constitui nossa ideologia da família – e que vários membros do grupo do projeto referiram como “familiarização” – é que as crianças *expressis verbis* são mais ou menos propriedades de

6 Termo utilizado recorrentemente por Luiz Rufino em suas análises. Em entrevista, Rufino afirma que a expressão indica uma “espécie de força vital”. Entrevista disponível em: <https://www.nonada.com.br/2024/01/luiz-rufino-tenho-dificuldade-com-quem-pensa-a-descolonizacao-como-um-passe-de-magica/>.

seus pais; ou, em termos menos dramáticos, são, ao menos, responsabilidade parental e, em princípio, exclusivamente responsabilidade de seus pais (Qvortrup, 2011, p. 209).

Como pensar esse reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direito relacionando com o debate sobre autonomia e pertencimento social de pessoas em desenvolvimento? O reconhecimento jurídico seria suficiente para garantia da dignidade?

Na tese nº 8 Qvortrup segue afirmando que “a sociedade só se interessa em interferir em casos excepcionais, quando as crianças estão em situação perigosa, segue-se que não é aceito nem cogitado aceitar a responsabilidade geral pela infância” (2011, p. 209). E como pensar a intervenção da sociedade quando certas crianças e adolescentes comumente não são vistas em perigo, mas como ameaça?

Necessário se faz então transitar dialeticamente entre as macro e micro relações estabelecidas nesse processo para que avancemos ao encontro da proposta de Lúcia Rabello de Castro de “descolonização dos direitos a partir do Sul Global⁷, colocando no centro da discussão crítica ecos da herança colonial frente a um falso processo de universalização dos direitos das crianças, demonstrando alguns limites das leis em operar mudanças efetivas e desejáveis na vida das pessoas” (Castro, 2023, p. 27).

Nesse caminho, é no diálogo com autoras consideradas pós colonialistas, entre as quais Kapur (2011), que Castro (2023) nos chama a atenção para uma certa classificação intencional e discriminatória dos modos de vida de determinadas populações frente a uma concepção idealizada de desenvolvimento enquanto ideal civilizatório. Ou seja, “tal universalidade possui seu lado sombrio - o da discriminação - porque valida um modo homogêneo e hegemônico de produção de sujeito, história e sociedade em que todos e todas vão e devem ser assimilados” (p. 30-31).

Apresentando articulações entre os filósofos George Herbert Mead e Friedrich Hegel, Honneth ressalta que a “relação jurídica de reconhecimento

é ainda incompleta se não puder expressar positivamente as diferenças individuais entre os cidadãos de uma coletividade” (2011, p. 139).

Por conseguinte, caberia questionar o que se apresenta como insuficiente no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos: seriam as diferenças individuais que se diluem no geral da Lei? Como cuidar do singular de cada sujeito em seu contexto?

O singular fica ainda mais embaçado quando o contexto é a rua. Há uma tendência de resumir pessoas e histórias para que caibam na cena, na questão social, no texto da lei e nas respostas das políticas públicas, quase sempre fragmentadas. Nessa forçagem de encaixe (impossível) crianças e adolescentes acabam com suas histórias encolhidas e fatiadas, sendo assim, desencantadas. E como salientado por Simas e Rufino: “O desencantamento às vezes aniquila, às vezes aquebranta, lançando-nos em uma contínua perda de vivacidade que imobiliza e tampa nossos ouvidos ao canto do pássaro dos sonhos” (Simas; Rufino, 2020, p. 16).

Tempo da lei - é permitido sonhar?

Temos como desafio o enfrentamento do quadro de insalubridade do projeto colonialista, que, desde a virada do século XV para o XVI, atua como máquina de perseguição, desterritorialização e extermínio de nossos povos brasileiros, latino-americanos e caribenhos; projeto que se materializa em necropolíticas vampirizadoras da biodiversidade, despotencializadoras dos infantes humanos (Tiriba; Guimarães, 2023, p. 231).

Há mais de 30 anos, um movimento internacional vem afirmando os direitos sociais de crianças e adolescentes, consolidado internacionalmente pela Convenção dos Direitos da Criança (1989), e no Brasil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Todo esse reconhecimento se desdobrou em políticas

7 Conforme descrição da autora: “A partir dos processos crescentes de globalização, o termo Sul Global representa o conjunto de crenças, atitudes e práticas críticas ao colonialismo, que compõe a agenda de uma nova ordem mundial, descolonizadoras tanto no nível epistemológico, como político e econômico (Grovoqui, 2011). Portanto, aqui Sul Global não é entendido como um ponto sul em relação a um norte geograficamente fixo”. (Castro, 2023, p. 26)

públicas, serviços e protocolos em diferentes setores (saúde, educação, assistência social), mas não necessariamente considera os “melhores interesses da criança”, tendo em vista que crianças e adolescentes nem sempre são escutados, seguindo abafadas por dinâmicas adultocêntricas.

No artigo “Desemparedar infâncias: contracolonialidades para reencontrar a vida”, as autoras Lea Tiriba e Christiana Cabicieri Profice, apontam que apesar de todo reconhecimento, segue-se desconsiderando o saber infanto-juvenil:

Se é verdade que, hoje, os campos de estudos de infância afirmam as crianças como seres sociais plenos, a realidade é que, nas sociedades ocidentais, elas seguem quase que absolutamente ignoradas: proclamadas como seres soberanos de direitos, mas submetidas a uma ordem adultocêntrica que as ignora como autônomas produtoras de cultura e de história (Tiriba; Profice, 2023, p. 90).

Nesse artigo, as autoras se utilizam do conceito de emparedamento, que vem sendo elaborado desde 2005 e retomado em 2020, para discutir “a condição de aprisionamento das crianças em espaços entre paredes a que são submetidas nas instituições escolares” (2023, p. 90). Se, por um lado, na perspectiva do emparedamento escolar, há um isolamento e uma imobilização de crianças e adolescentes, restringindo o direito de ir e vir, por outro ângulo, o que acontece com crianças e adolescentes em situação de rua quando as paredes não estão presentes? O que seria essa liberdade nos escombros da cidade?

Entre emparedamentos restritivos e a circulação errante, fica evidente que ambos os movimentos comprometem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, aprisionando de igual maneira quem está dentro, como também quem se encontra do lado de fora. Uma política de imobilização da vida, uma política de morte, como ensina a conhecida charada: “o que é, o que é? quem está dentro nunca sai, quem está fora não quer entrar”, que tem como resposta o cemitério.

Há na atualidade uma política sepulcral de desencantamento de crianças e adolescentes, e “a gerência de uma vida praticada em conexões plurais

por uma perspectiva contrária à diversidade produz o desencanto: perda de vitalidade, que reifica as raízes mais profundas do colonialismo” (Simas; Rufino, 2020, p. 6).

Para seguirmos nessa aproximação entre diferentes infâncias desencantadas e alinhavarmos respostas ou encontrarmos sinais que indiquem onde ou como os quebrantos ganham força e como se “vencer tal demanda que insiste em nos espreitar” (Rufino, 2021, p. 7), constatamos que ambas infâncias são submetidas ao modelo de socialização que inclui a escolarização enquanto direito mas ainda dentro de projetos político-pedagógicos hegemonicamente orientados por princípios de uma educação bancária (Freire, 1996) que serve ao capital:

As necropolíticas os atingem desde os seus primeiros anos na escola, que segundo Althusser (1970) é um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, ao regular e controlar as massas, se constitui como instrumento de subalternização e adestramento para adequação das classes populares ao sistema capitalista. Encarregada da educação de todas as crianças brasileiras, dos 4 aos 17 anos de idade, a escola, se coloca como instrumento de transmissão de conhecimentos e, simultaneamente, de moldagem afetivo-corpórea ao mundo do trabalho (Tiriba; Guimarães, 2023, p. 231).

Assim, diante de tal controle, as crianças reagem de maneira diferente: umas se submetem e seguem o percurso escolar no caminho de uma educação formal; outras se rebelam, resistem ou não se submetem, sendo assim ‘evadidas’ das escolas e passando a buscar em outros espaços - entre os quais as ruas, no caso daqueles que vivem no meio urbano - possibilidades outras de sobrevivência material, subjetiva e, por vezes, coletiva. Por enquanto, deixaremos em suspenso a possibilidade de respondermos ao questionamento sobre que tipo de ‘desemparedamento’ pode ocorrer nesses outros espaços que venham as crianças a ocupar. Entre escombros, valas, abrigos e praças qual a potência dos encontros? Qual a qualidade-intensidade dos vínculos e afetos mobilizados?

Nos idos anos 1980-90, o trabalho pioneiro de Ligia Costa Leite na Escola Tia Ciata, desenvolvido

durante cinco anos junto a tais crianças e adolescentes então evadidos, excluídos na inclusão *fake* nas escolas, reconhecendo-os não como pivetes, delinquentes, incompetentes, responsáveis pelo seu “fracasso escolar”, mas sim como “guerreiros” e “invencíveis”, conseguiu-se desmitificar rótulos e trabalhar conteúdos situados na resistência cultural, baseada nos valores da herança afro-brasileira entranhada em suas histórias de vida e corpos cheios de ‘ginga’⁸. Naquele momento em que chacinas de crianças em situação de rua e jovens periféricos negros era uma realidade (assim como hoje, infelizmente!), ela já se alinhava ao que hoje Luiz Rufino (2021) atribui como sendo o desafio das práticas educativas contracoloniais, ou seja, da educação “como força de batalha e cura” (p. 6), que ao colocar no centro de suas lutas as injustiças produzidas pela colonialidade, não esteja “ligada a qualquer defesa de desenvolvimento do humano e de seu caráter civilizatório que esteja calcada em uma única lógica” (p. 10). Nos escritos de Ligia que contam essa história de magia e invencibilidade, encontramos pistas e reflexões preciosas:

Assim, escolhendo os invencíveis como educandos, era preciso buscar os fatos históricos a eles relacionados e suas características aparentes, para atingir o ponto de sua inserção na sociedade, da qual são parte integrante e inseparável. Sabia, a priori, que eles não surgiram tal como são hoje. [...] De fato, *os invencíveis* têm uma origem que tem sido sempre negada, em nome de uma escola igualitária de direitos e conteúdo. De onde vem esta herança e magia que os faz resistir ao sistema e simultaneamente faz com que o sistema resista em incorporá-los, com sua história e contexto cultural diferenciado? (Leite, 1991, p. 22).

A autora compartilha todo o processo vivenciado junto aos então “meninos de rua”, junto aos

profissionais da escola, aos gestores, enfim, apresentando registros fotográficos, charges e narrativas desses adolescentes únicos e potentes, demonstrando como conseguiram, ao entenderem suas realidades e corpos ‘gingantes’ lidos como marginais pela sociedade mas ressignificados pelo reconhecimento da ancestralidade de suas identidades negras, viabilizar a escolaridade dos invencíveis, ainda que com tempo contado frente ao desmonte que veio depois... E conclui com algo que a obra de Paulo Freire já nos apontava e que, hoje, educadoras e educadores que apostam em epistemologias e práticas contracoloniais apostam: “a instituição escola só virá a educar os “vadios”, a “marginalia”, os negros, quando deixá-los se apropriarem desse espaço, tornando-os centro do processo e donos de sua própria aprendizagem” (Leite, 1991, p. 23).

A experiência foi e é, de fato, inspiradora para qualquer um dos serviços, programas ou projetos que hoje se dedicam ao trabalho com a população em situação de rua e/ou as infâncias e juventudes periféricas, não mais exclusivamente no âmbito do setor Educação, mas de uma perspectiva, preferencialmente, mais intersetorial. Porém, vale ressaltar que na contribuição daqueles que hoje se situam nesse campo de batalha e cuidado das infâncias brasileiras, há urgências de pedagogias mais próximas da ética do cuidado (Boff, 1999), construídas em múltiplos territórios Brasil afora, em uma relação de parentesco (Krenak, 2020) entre “humanidade e natureza” (Cavaliere; Ordonhes de Mello; Tiriba, 2022, p. 177).

Entre pressupostos inseparáveis dessa pedagogia que precisa ser contracolonial para viabilizar o não apagamento das culturas e saberes originários, encontram-se o brincar, e as brincadeiras, considerados como atos de libertação e descolonização:

8 No texto “Dialéticas da ginga: performances dos corpos subalternos em movimento”, de Ricardo César Carvalho Nascimento (2019), há uma rica discussão sobre a ginga que nos remete muito aos modos desses meninos, meninas e meninos se expressarem com seus corpos. Vejamos alguns trechos: “A ideia de dissimulação, ocultar intenções, distrair e disfarçar, são algumas das conceituações que atravessam o conceito da ginga, como assevera o renomado Mestre Pastinha [...]. No entanto, para muitos pesquisadores-capoeiristas, [...], é impossível não realizar uma reflexão mais ampla que permita compreender a ação social e cosmológica da ginga no domínio da vida em sociedade, mas também nos sujeitos que se deixam afetar por este formato étnicoestético da herança cultural africana na diáspora” [...] Nas nossas sociedades, o ato de caminhar corretamente pressupõe uma postura física ereta, um corpo firme, postural e normativo. De um ponto de vista da ética religiosa cristã, caminhar é percorrer percursos de retidão, assertividade social e espiritual de um bom comportamento religioso. A ginga, por sua vez, subverteu essas lógicas do caminhar, pensando outras formas de transferência do peso corporal em que o importante não é o equilíbrio, e sim o desequilíbrio (p. 52-54)

[...] a existência é parte de uma natureza brincante [...] A brincadeira invoca um reposicionamento do ser [...]. Brincar não é apenas algo reduzido a uma determinada experiência, mas uma libertação submetida a esses aspectos que compõem o seu ato. Para um mundo que investe na dominação e alteração das formas de usar o corpo, invocar a memória, sentir o afeto, viver a comunidade e tecer a partilha, a brincadeira como expressão da liberdade do ser é um ato de descolonização (Rufino, 2021, p. 70).

Não cabe, no escopo deste ensaio, adentrarmos nas vastas produções teóricas sobre a categoria do brincar nos diferentes campos de saberes e práticas que se dedicam ao tema, desde sua conceituação até a descrição de suas funcionalidades, por exemplo, para o desenvolvimento infantil e o bem viver da humanidade. No caso das crianças, basta reconhecermos que é pelo brincar que a criança descobre o mundo, criando relações e ampliando habilidades. Além disso, especialmente no caso das crianças vulnerabilizadas por diversas situações de violência, opressões ou restrições ao livre exercício de seu direito ao brincar, podem interferir diretamente em seu desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Para além dos valores e funcionalidades brevemente destacados sobre o brincar, ratificamos a sua potencialidade enquanto ato de descolonização (Rufino, 2021). No caso das crianças em situação de rua, entendemos que tanto a ginga como o brincar e a brincadeira “são convites à liberdade, à natureza e à vida em grupo” (Cavaliere; Ordonhes de Mello; Tiriba, 2022, p. 186). Sendo assim, vale garantirmos espaços de ‘brincação’, um termo que, segundo Elayne Batista (2016, p. 13), foi uma linda metáfora feita por Guimarães Rosa (1988) para expressar a liberdade e a folia dos pássaros no céu, ou seja, do brincar enquanto movimento que em sua essência é constitutivo do fluxo de bem viver a vida, algo de nossa natureza e ancestralidade.

Entre tempos e contratempos — a circulação, as virações e a ética do cuidado

O encontro com crianças e adolescentes traduz, de forma radical, o transitório que há no tempo. Poucas

semanas são suficientes para que as transformações apareçam, sejam físicas, subjetivas e afetivas.

Esse caráter breve das existências, presente em cada ser vivo, nas infâncias ganha um contorno de urgência, principalmente quando os processos vulnerabilizantes deixam suas marcas nos corpos e nas subjetividades.

A partir da experiência do trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, acompanhando seus deslocamentos e estratégias de sobrevivência durante quase uma década, em um município de grande porte da região metropolitana do Rio de Janeiro, foi possível identificar que há um descompasso entre a celeridade exigida para a produção do cuidado das infâncias vulnerabilizadas e as respostas públicas, que em diferentes instituições e políticas caminham no contratempo, com exigências que impossibilitam o acesso e a permanência nos serviços.

Se por um lado há um emparedamento de crianças e adolescentes dentro de instituições escolares, por outro, identificamos infâncias aprisionadas do lado de fora, circulando entre ruas e instituições de acolhimento e socioeducação.

Esse muro que divide o dentro do fora carrega na sua estrutura marcas ancestrais da exploração e da apropriação capitalista que tem na propriedade privada o corte preciso que define quem tem direito à proteção, e quem precisa se virar/circular para viver.

Nesse ponto vale ressaltar que os conceitos de viração e circulação foram definidos por Gregori (2000) para descrever as práticas de sobrevivência a partir das experiências de deslocamentos, vinculações e desvinculações territoriais e afetivas quando observou as trajetórias de adolescentes em situação de vulnerabilidade pela experiência da vivência nas ruas.

Como destacado em artigo anterior de Gonçalves (2018 *apud* Berger *et al.*, 2021, p. 22) para Gregori:

[...] a circulação, além de descrever as mobilidades entre os espaços públicos e institucionais, dentre eles as ruas e o acolhimento institucional e familiar, num processo de viração, em nome da sobrevivência, descreve também os percursos pelos territórios e ambientes de socialização primária (familiar e comunitária de origem), em que, mediante a

fragilidade dos laços afetivos e dos recursos materiais, a prática do “se virar” demanda a ampliação desses circuitos e gera um movimento de errância pela cidade.

A errância produzida e esse movimento de despertencimento têm raízes profundas na escravização e na lógica colonizadora, exigindo para a produção efetiva do cuidado uma mudança ética, mais acolhedora e menos reguladora, considerando que a definição de protocolos, fluxos e critérios têm funcionado como barreiras impeditivas ao acesso.

Para o enfrentamento das trincheiras abertas no tempo, fazem-se necessário remexer nos domínios da terra, da propriedade, da vida, tendo como base uma nova ética pautada no cuidado que partilha e na partilha que cuida.

O cuidado partilhado só é possível quando fundamentado em direitos coletivos, tendo como base o espaço do dizer e fazer comum, do saber que carrega as memórias ancestrais, e coletiviza as lutas contra toda forma de opressão, tendo como inspiração o Feminismo Comunitário, que tem como uma das principais defensoras a ativista Julieta Paredes.

Conforme destacado no artigo “A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões”:

A “Ética do Cuidado”, enquanto paradigma aplicado às políticas públicas voltadas para a proteção social das crianças e adolescentes, pode contribuir para a superação de uma limitada concepção de proteção social, que mais se vale da filantropia, dos princípios higienistas e de processos de institucionalização orientados pela lógica manicomial, do que de políticas públicas que avancem na diretriz da intersectorialidade, do cuidado e da educação integral, situados na realidade social brasileira, lado a lado, com toda uma cidade-sociedade cuidadora e antirracista (Berger *et al.*, 2021, p. 24).

Notas sem fim - o tempo espiralar, o brincar e a territorialização afetiva

Para Rufino (2019), a ancestralidade é lida e vivida como política que celebra a existência como um contínuo e o ser como exercício comunitário. Para ele,

é a ancestralidade que nos nutre com seu repertório de cura diante da escassez, do desencantamento e do assombro colonial. Nesse sentido, uma criança pode ser nosso ancestral [...]. A ancestralidade passa por nosso corpo-território e, presente nas crianças, descortina a circularidade do tempo e a inseparabilidade da natureza e da cultura, de nós e dos outros (Cavaliere; Ordonhes de Mello; Tiriba, 2022, p. 180, grifo nosso).

As reflexões que aqui foram trazidas tiveram como objetivo primeiro colaborar para a composição de um dossiê temático intitulado “Encruzilhadas da vida: população em situação de rua e direitos humanos”, tendo como desafio lançar luz sobre as questões que atravessam a vida da população infanto-juvenil em situação de rua, sob uma perspectiva crítica da produção de infâncias brasileiras situadas no contexto de desigualdades e injustiças sociais estruturais e históricas.

Nesse caminho, a questão do “desencantamento das infâncias” (Simas; Rufino, 2020) foi sendo problematizada tomando como referência o processo de “colonialidade” e seus efeitos nas condições de vida das crianças e adolescentes que, de modo geral se traduzem em violações de direitos e violências as mais diversas, muitas delas já amplamente abordadas por pesquisadores no campo das Ciências Sociais e Humanas, delineando perfis que retratam os efeitos das mesmas.

Buscamos visibilizar o lugar do marcador geracional na herança colonial e escolhemos principalmente interseccionar racismo, adultocentrismo e capitalismo. Ainda que saibamos que outros marcadores, entre os quais os de gênero, sexualidade e território, por exemplo, sejam de grande importância dentro da complexidade do fenômeno das infâncias vulnerabilizadas que vivem ou circulam entre as ruas, ocupações e abrigos, as especificidades ligadas a eles não foram aqui aprofundadas, o que pode ser considerado um limite do ensaio, os quais esperamos, possam ser melhor discutidos em futuros trabalhos e/ou em outros capítulos do dossiê temático, especialmente no que se refere à dramática situação das mulheres e às maternidades em situação de rua.

Sendo assim, justificamos a escolha dos marcadores de raça/etnia, classe e geração como

um caminho teórico prático que, potencialmente, nos levou diretamente a delimitar diferentes processos de emparedamento e desemparedamento (Tiriba, 2005) das infâncias, especialmente aqueles vivenciados pelas crianças e adolescentes em situação de rua em suas circulações e virações (Gregori, 2000) buscando mapear intensidades que afetam seus corpos territórios, os potencializando e alegrando ou, os entristecendo e desencantando, segundo uma perspectiva do sofrimento ético político “que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”, ou seja, ele “revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social” (Sawaia, 2014 p. 106).

Por fim, não podemos assim deixar de destacar algo absolutamente fundamental de ser visibilizado nas frestas desses encontros e desencontros, encantamentos e desencantamentos, tempos e contratempos, situado entre mundos reais e imaginários e, que pode ser considerado como um dos direitos mais frequentemente violados e banalizados no reconhecimento de seus devires criança- o brincar! Rufino (2021), tomando o trabalho dos curumins enquanto seres encantados que “descem das estrelas para plantar a brincadeira cá onde estamos”, nos lembra que cabe às nossas crianças continuarem tal ciclo, dando “continuidade a esse plantio” (p. 69), no sentido da ancestralidade presente na circularidade do tempo espiralar do desenvolvimento dos seres.

E, foi justo na conexão entre o brincar e as culturas subalternizadas, como vimos no modo gigante resistente de ser dos meninos, meninas e meninos em situação de rua, que enxergamos a potência de uma “guerrilha brincante” presente na “arte que joga o corpo no campo de batalha, faz dele arma e o opera como curativo das violências e traumas que leva o nome de vadiação” (Rufino, 2021, p. 72).

A possibilidade de ocupar as praças e as ruas ao lado das pessoas em situação de rua via as brincanças e brincadeiras vem sendo uma das experiências de incidência política no território que nos ensina um pouco sobre isso, sobre “a importância do brincar como condição primeira da possibilidade de criação

de uma utopia possível” (Malta *et al.*, 2023). Trata-se de uma modalidade de ação extensionista popular, desenvolvida via a parceria entre trabalhadores do Sistema de Garantia de Direitos e a Universidade, que foi nomeada, inicialmente, como “Ocupa Praça” e, posteriormente como “Ocupa Praça - ocupa, cuida e brinca”⁹. A intervenção se tornou parte de um território afetivo-brincante, que propicia acolhimento individual e coletivo e promove a ressignificação ou “reencantamento” das infâncias vulnerabilizadas, assegurando espaço-tempo protegidos para suas existências singulares enquanto Sujeitos de direitos, apostando assim em uma concepção de práxis territorializada e afetiva (Cavaleri Neto; Berger, 2024).

Faz-se assim urgente delimitar aspectos da incidência política desses corpos-devires-crianças nos territórios, na perspectiva de um olhar contracolonial e de um movimento permanente de “forçar a vista e perceber o não visto: as crianças, suas presenças, e ausências, em diferentes lugares e em seus desenhos e demais manifestações expressivas” (Gobbi, 2022, p. 37).

Referências

- ALMEIDA, S. L. de. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- BATISTA, E. K. P. Sagas educativas e brincadeiras no Sertão de Extremoz. 2016. Dissertação (Mestrado Pós-Graduação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- BERGER, S. M. D. et al. A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões. In: RIZZINI, I.; COUTO, R. M. B. do C. (Orgs.). Entre a casa, a rua e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021. p. 21-42.
- BOFF, L. Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá

⁹ Para saber mais, entre outras publicações, conferir Portfólio de Práticas Inspiradoras em Atenção Psicossocial, iniciativa da FIOCRUZ. Disponível em: <https://portfoliodepraticas.epsjv.fiocruz.br/pratica/criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua-e-acolhimento-institucional-construindo>

outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

CARVALHO NASCIMENTO, R. C. Dialéticas da ginga: performances dos corpos subalternos em movimento. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 45-59, 2019. DOI: 10.5216/sec.v22i2.58395

CASTRO, L. R. de. Descolonização e direitos da criança: uma introdução. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. XXVI, n. 56, p. 25-38, 2023. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.62276

CAVALARI NETO, R.; BERGER, S. M. D. Vulnerabilidade educacional e as infâncias: enlances com a rua em aproximação com a escola. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e88337, 2024. DOI: 10.1590/1984-0411.88337

CAVALIERI, L.; ORDONHES DE MELLO, T. de F.; TIRIBA, L. V. Notas de uma metodologia contracolônia teórico-brincante: encontros de educadoras e educadores a 'qual' distância? *Revista FAEBA*, Salvador, v. 31, n. 66, p. 173-190, 2022. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n66.p173-190

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GOBBI, M. A. *Desenhar e ocupar: crianças na Mauá, Ipiranga e Prestes Maia*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 2022.

GREGORI, M. F. *Viração - Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROVOGUI, S. *A Revolution Nonetheless: The Global South in International Relations*. *The Global South*, [s. l.], v. 1, n. 5, p. 175-190, 2011. DOI: 10.2979/globalsouth.5.1.175

HONNETH, A. *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Edições 70, 2011.

KAPUR, R. *Human Rights in the 21st Century: Take a Walk on the Dark Side*. In: RATHORE, A.; CISTELECAN, A. (eds.). *Wronging Rights? Philosophical Challenges for Human Rights*. New Delhi: Routledge, 2011. p. 23-60.

KRENAK, A. *A Vida Não É Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEITE, L. C. *A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola Tia*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MALTA, F. D. S. et al. Deixar a utopia ganhar a cidade: o papel da extensão popular e da luta pelo direito à moradia e à cidade na formação em saúde. *In: SEMANA DE EXTENSÃO DA UFF*, 28., 2023, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Niterói: PROEX UFF, 2023. Disponível em: https://www.proex.uff.br/semext/criaPDF.php?trb_ID=362&ano=2023. Acesso em: 30 jul. 2024.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

PROFICE, C. C.; SANTOS, G. H. M. dos. De grumetes a kunumys - estilos de infâncias brasileiras. *História da Educação*, [s. l.], v. 21, n. 53, p. 307-325, 2017. DOI: 10.1590/2236-3459/61054

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

QVORTRUP, J. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, 2011. DOI: 10.1590/S0103-73072011000100015

ROSA, J. G. *Manuelzão e Miguilim*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1988.

RUFINO, L. *Vence-demanda: educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Pagu*, Campinas, n.16, p. 115-136, 2001. DOI: 10.1590/S0104-83332001000100007

SARMENTO, M. J. *Sociologia da Infância: Correntes e Confluências*. *In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. de (Orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes, 2008.

SARMENTO, M. J. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. *O Social em Questão*, [s. l.], v. XX, n. 21, p. 15-30, 2009. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v10n21a02.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SANTOS, L. M. C. Caminho das ruas, caminho das pedras: sinais de alegria nas violências contra moradoras de rua em São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado de Pós-Graduação) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. *In: SAWAIA, B. (Org.)*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. Encantamento sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

TIRIBA, L. Infância, escola e natureza. 2005. Tese (Doutorado de Pós-Graduação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2005.

TIRIBA, L.; PROFICE, C. C. Desemparedar infâncias: contracolonialidades para reencontrar a vida. *O Social em Questão*, [s. l.], v. XXVI, n. 56, p. 89-112, 2023. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.62303

TIRIBA, L.; GUIMARÃES, M. Infâncias, cuidado, liberdade, pertencimento: inspirações indígenas para uma pedagogia nativa. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - FURG*, São Lourenço do Sul, v. 40, n. 2, p. 230-249, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v40i2.15538>

Fonte(s) de financiamento

Sem financiamento.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Agradecimentos

A Vicente, Hagata, Vinicius, David e a todas as crianças, adolescentes e jovens que nos encantaram e continuam nos encantando com suas gingas e guerrilhas brincantes. Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense (PPGSC/UFF) pelo apoio financeiro no custeio da versão em inglês do artigo.

Contribuição dos autores

Berger, S. M.D; Latgé, P. participaram da redação, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final para a publicação. Malta, F. D. S. participou da revisão, edição e aprovação da versão final para a publicação.

Submissão: 08/08/2024

Reapresentação: 24/09/2024; 29/10/2024

Aprovação: 05/11/2024